

HABEAS CORPUS Nº 548.990 - SP (2019/0358565-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : WILLIAM RODRIGO DOS SANTOS
ADVOGADO : WILLIAM RODRIGO DOS SANTOS - SP317269
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : SANDRO RICARDO DE OLIVEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de SANDRO RICARDO DE OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido na APELAÇÃO n. 0003317-75.2009.8.26.0459.

Infere-se dos autos que o paciente foi denunciado como incurso no art. 171, do Código Penal (estelionato), sobrevivendo sentença que o absolveu.

Irresignado, o Ministério Público interpôs recurso de apelação perante o Tribunal *a quo*, que deu provimento ao recurso, para condenar o paciente à pena de 1 ano e 2 meses de reclusão, em regime semiaberto, nos termos de acórdão assim ementado (fls. 44/49):

“APELAÇÃO CRIMINAL - ESTELIONATO - ACOLHIMENTO DA PRETENSÃO ACUSATÓRIA - RÉU QUE OFERECEU TRÊS VERSÕES DISTINTAS PARA JUSTIFICAR A UTILIZAÇÃO DE CHEQUE FRAUDULENTO - USO DO DOCUMENTO, LOGO APÓS O SEU PERDIMENTO - DOLO QUE É EXTRAÍDO DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO FATO - PENA ALTEADA POR MAUS ANTECEDENTES - REGIME SEMIABERTO - PRESCRIÇÃO PRÓXIMA, CUJO RECONHECIMENTO DEPENDE DO TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO - RECURSO PROVIDO.”

Daí a presente impetração, na qual a defesa sustenta, em princípio, que não há provas suficientes para a condenação, pretendendo o restabelecimento da sentença de primeiro grau de jurisdição.

Noutro aspecto, aponta a necessidade de que, caso mantida a condenação,

Superior Tribunal de Justiça

seja readequado o regime de cumprimento, que passando ao aberto, permitirá a sua substituição.

Aponta-se que não foi declinada motivação suficiente para a fixação de regime inicial mais gravoso para o cumprimento da pena.

Requer, em liminar e no mérito, a absolvição ou a revisão do regime prisional.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator